



Dossiê: A educação pública como expressão de disputas: análise de interesses privados e privatistas em contextos do sul global

Estratégias de privatização na educação pública em Goiás

Estrategias de privatización en la educación pública en Goiás

Maria Augusta Peixoto Mundim
Universidade Federal de Goiás (UFG)
Goiânia-GO, Brasil

Resumo

O artigo objetiva atualizar os dados das principais formas de privatização da educação em Goiás. Tomou-se por referência as pesquisas já realizadas sobre os programas operados por atores privados na educação básica (Adrião, 2019; Domiciano; Cossetin, 2021), bem como sobre a transferência da gestão das escolas para as Organizações Sociais (OSs) (Mundim; Duarte e Silva, 2019; Nazareth, 2022) e para o processo de militarização das escolas, os trabalhos de Alves, Toschi e Ferreira (2019), Alves e Ferreira (2020), Chagas (2024). O estudo se valeu de dados bibliográficos, documentais e de sites governamentais e institucionais. De modo preliminar, constatou-se a permanência de programas e atores privados, como também o surgimento de novos perfis de organizações privadas. A transferência da gestão das escolas para OSs foi descontinuada na educação básica e o crescente processo de militarização das escolas em Goiás tem se evidenciado como uma nova estratégia de privatização, ainda que entre instituições públicas.

Palavras-chave: Público e privado em Educação; Privatização do ensino; Militarização.

Abstract

The aim of this article is to update the principal ways education in Goiás has been privatized. References were found in the research already conducted regarding the programs managed by private actors in Basic Education (Adrião, 2019; Domiciano; Cossetin, 2021), as well as the transference of school management to Social Organizations (SOs) (Mundim; Duarte e Silva, 2019; Nazareth, 2022) and the militarization of schools in studies by Alves, Toschi and Ferreira (2019), Alves and Ferreira (2020), Chagas (2024). This study used bibliographic, documental and governmental and institutional site data. At an initial stage, the permanence of private programs and actors, as well as the rise of new profiles with private organizations, has been observed. The transference of school management to SOs was discontinued in Basic Education, while the growing militarization of schools in Goiás is shown to be a new privatization strategy, albeit between public institutions.

Keywords: Public and private in Education; Privatization of education; Militarization.

Introdução

O artigo objetiva apresentar e atualizar os dados sobre as principais formas de privatização da educação em Goiás a partir de pesquisas já realizadas sobre os programas operados por atores privados na educação básica (Adrião, 2019; Domiciano; Cossetin, 2021), bem como sobre a tentativa de transferência da gestão das escolas para as Organizações Sociais (OSs) e para a Polícia Militar (PM). As formas aqui apresentadas são tomadas como emblemas das principais formas de privatização da educação em Goiás.

A temática da privatização na educação remete – necessariamente – à relação do Estado com a sociedade; consequentemente, à separação entre o público e o privado. Cabe rememorar que essa separação é uma conquista moderna, ou seja, ela se materializa a partir da constituição do Estado moderno e com a distinção entre poder político e poder religioso. Se nos reportarmos ao longo período medieval, é perceptível que essas esferas não só não estavam delimitadas, como todo o poder político estava subjugado e era legitimado pela religião. Importante dizer ainda que, a despeito dessa conquista histórica permitir a constituição do Estado moderno na representação de seus poderes existentes, ainda na atualidade, as disputas e contradições seguem em movimento.

A separação entre o poder político e o poder religioso, constitutivos das esferas do público e do privado nos seus desenvolvimentos históricos, exigem vigilância na medida em que o Estado e as suas instituições públicas têm sido constantemente atravessados por interesses de organizações privadas, muitas delas, crivadas de pressupostos religiosos.

Para tratar da temática da privatização e das suas especificidades em Goiás, faz-se necessário apresentar alguns elementos sobre a concepção de Estado que vão balizar a análise proposta. E uma primeira consideração a ser explicitada é a de que a relação público-privado expressa no capitalismo tardio, não é outra coisa, senão o desdobramento ou o desenvolvimento lógico e histórico do que já estava posto na gênese da sociedade capitalista.

Vale recuperar aqui o que Marx nos apresentou nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1978). O autor evidencia que os meios de produção, a realização do trabalho social concreto, assim como o próprio desenvolvimento técnico-científico das forças produtivas se tornaram propriedades privadas de uma minoria que detém o poder político e econômico. Diante disso, as condições básicas e mínimas de existência dos seres humanos também são convertidas em propriedades condicionadas aos interesses e à avidez de lucros, cada vez maiores de uma classe minoritária dominante (Marx, 1978).

Diferente da concepção burguesa de Estado, idealizada com pressupostos de uma possível neutralidade do Estado, concebido como para administrar o bem comum, Marx e Engels advertem para o seu conteúdo de classe – não por acaso –, com as devidas ressalvas que a afirmação requer, vão dizer no *Manifesto Comunista* que “[...] o estado moderno não é senão um comitê administrativo dos negócios da classe burguesa” (Marx; Engels, 2010, p. 42). E que “[...] o poder político na verdade é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra” (Marx; Engels, 2010, p. 58).

Sem desconsiderar as contradições e lutas de movimentos sociais, partidos políticos e as disputas diversas no âmbito da sociedade e do Estado democrático, nos limites do capitalismo, os avanços são limitados e exigem para além da compreensão desses limites, a defesa e resistência na luta por um Estado democrático, laico e – por extensão – uma educação pública, gratuita e de qualidade referenciada nos princípios sociais.

Com a devida distinção no trato conceitual da privatização, primeiramente na sua expressão estrutural como modo de funcionamento da sociedade moderna; portanto, como *modus operandi* na ordem global do Estado e também na conjuntura local como estratégia de governos, o estudo toma por referência a privatização na educação conforme definição de Adrião (2022). A autora compreende a privatização na educação como os processos pelos quais “[...] a educação pública brasileira se subordina a setores privados – corporações, terceiro setor, igrejas, famílias etc. – explicitamente – por meio da transferência de responsabilidades do Estado ou da flexibilização de regulamentações para atuação daqueles setores” (Adrião, 2022, p. 66-67). Da mesma forma, apresenta-nos – ainda – as dimensões da privatização na oferta da educação, no currículo e na gestão.

Tradicionalmente a oferta da educação pública se apresentava à sociedade legitimada por seu caráter público, ainda que, muitas vezes, compreendida como um favor ou uma concessão do Estado. Na atualidade, ela tem se apresentado ao cidadão e ao consumidor de forma diversificada, abrigando no seu interior interesses econômicos, políticos e ideológicos também diversos. De forma análoga à da oferta de mercadorias no mercado, a educação nas redes públicas de ensino e – particularmente – em Goiás tem se apresentado diversificada e com diferentes proposições, ao que parece visando atender também, a demandas e a clientelas, cada vez mais segmentadas. Isso talvez explique, o avanço nas diferentes formas de privatização da educação no Estado.

Para além das questões apresentadas nesta introdução e das considerações finais, o artigo está organizado em quatro. Na primeira, será apresentada uma breve caracterização com indicadores do estado e da educação em Goiás; na segunda, serão abordados programas operados por atores privados na educação básica, com destaque para um dos programas mais antigos e alguns programas atuais mapeados por meio da publicização na mídia local e em páginas oficiais da Secretaria de Educação do Estado (SEDUC). Na terceira parte, será analisada a tentativa de implantação da gestão por Organizações Sociais (OSs) ou modelo Escolas Charters; na quarta, a transferência da gestão para a polícia militar como crescente processo de privatização.

Caracterização político-partidária e dados sobre o estado e a Educação em Goiás

Com 1.053.439 habitantes a mais do que em 2010, Goiás chegou a 7.056.495 moradores, segundo dados do Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Esses dados dão conta de que – em Goiás – a desigualdade social está diminuindo: o estado é o quarto menos desigual do país, de acordo com o Índice de Gini (IBGE, 2022). Contudo, permanecem a desigualdade racial e de gênero.

No desenvolvimento econômico, o IBGE coloca Goiás em 10º lugar no ranking dos maiores PIBs per capita do Brasil (R\$224 bilhões de Reais): o estado figura entre os maiores produtores de soja, algodão, cana-de-açúcar, milho, entre outros produtos, sendo referência nacional nesses gêneros.

A redução da criminalidade em Goiás é um dado relevante e tem sido divulgado como exemplo nacional com mudanças significativas nos índices de segurança pública e violência; entretanto, figura como um dos estados com maior taxa de feminicídios proporcionalmente à população. Com um discurso público duro contra a criminalidade, o governador está frequentemente na mídia elogiando a ação das polícias em confrontos com criminosos, mesmo estando Goiás na terceira colocação no índice de mortes ocasionadas por intervenções policiais em todo o país, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022).

O cenário da política em Goiás apresenta uma tradição comum em vários estados brasileiros que é a influência política de algumas famílias, grupos e partidos políticos por longos períodos na história. Presentes, desde o período colonial, a tradição da “dinastia familiar”, além de perpetuar as desigualdades estruturais, impacta na constituição do

exercício democrático e legitima o clientelismo, a cultura do mando, da subserviência e do favor.

Quadro 1: Governadores eleitos do estado de Goiás por ano de eleição, seus respectivos partidos e os períodos de mandato desde 1980

Ano da Eleição	Governador Eleito	Partido na Época	Período de Mandato
1982	Iris Rezende	PMDB	1983-1986
1986	Henrique Santillo	PMDB	1987-1991
1990	Iris Rezende	PMDB	1991-1994 (renunciou)
1994	Maguito Vilela	PMDB	1995-1998
1998	Marconi Perillo	PSDB	1999-2002
2002	Marconi Perillo	PSDB	2003-2006 (renunciou)
2006	Alcides Rodrigues	PP	2006-2010
2010	Marconi Perillo	PSDB	2011-2014
2014	Marconi Perillo	PSDB	2015-2018 (renunciou)
2018	Ronaldo Caiado	DEM	2019-2022
2022	Ronaldo Caiado	União Brasil	2023-2026 (em curso)

Fonte: Portal Oficial do Governo do Estado de Goiás, síntese elaborada pela autora (2025).

O quadro ilustra a tradição oligárquica do estado de Goiás e depois de uma década com o grupo de Iris Rezende no poder, Marconi Perillo Júnior, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), quebra a hegemonia do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), legenda que – por dezesseis anos – manteve-se no executivo estadual.

Iris Rezende renunciou em 1994 para disputar ao Senado; pelas mesmas razões, Marconi Perillo renunciou em 2006 quando assumiu Alcides Rodrigues que era vice-governador. Aquele renunciou também em 2018, quando não obteve votação para ocupar o Senado.

Com o uso do capital político familiar que remonta ao Brasil império e seguindo a tradição de 140 anos de poder (Freitas, 2009), Ronaldo – Caiado do Partido Democratas (DEM) – foi eleito em primeiro turno com 59,73% dos votos e permanece como governador até o momento (o partido DEM fundiu-se ao PSL em 2021, formando o União Brasil).

No que se refere à caracterização da educação, os dados referentes a 2023 indicam que o estado contava com 3.506 escolas públicas, sendo 1.934 municipais, 1.639 estaduais e 1.296 federais (Goiás, 2024a).

Em 2023, Goiás registrou um total de 1.111.352 matrículas no ensino fundamental e médio, sendo 868.222 no ensino fundamental e 224.130 no ensino médio. Dessas, a rede pública concentra a maioria, com 83,1% no ensino médio e 20,9% das matrículas em tempo integral no ensino fundamental. A rede privada tem um peso menor, mas cresce a cada ano,

representando 19,9% das matrículas na educação básica em 2023. O Censo Escolar de 2023 mostra ainda um aumento nas matrículas em tempo integral, tanto nos anos iniciais do ensino fundamental (2,2 pontos percentuais a mais em relação a 2022) quanto nos anos finais (2,8 pontos percentuais a mais) (Goiás, 2024a).

O número de professores efetivos na rede estadual chega a 17.236. A quantidade representa 64,53% dos 26.708 educadores que, hoje, trabalham na educação estadual. Em 2023, mais de 1.200 novos professores foram convocados e passaram a integrar o quadro de efetivos. Em 2024, outros 631 foram chamados e estão em processo de nomeação e posse. Atualmente, 9742 educadores temporários trabalham de forma precarizada, sob rigoroso controle e monitoramento da secretaria estadual de educação e sem nenhuma garantia.

Goiás tem figurado nacionalmente por apresentar índices elevados no que se refere à qualidade, a exemplo da melhor nota do país no ensino médio da rede estadual, conforme o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) de 2023. O Estado registrou 4,8 pontos, atingiu a meta para os anos finais do ensino fundamental e ultrapassou a meta para os anos iniciais do ensino fundamental (3,6 em 2011 para 4,7 em 2019) (Goiás, 2024b).

Programas e projetos operados por atores privados na educação básica em Goiás

A partir da pesquisa Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005 – 2018) – coordenado pela professora Theresa Adrião e considerando as dimensões da oferta, do currículo e da gestão – pode-se afirmar que Goiás é um dos estados com maior incidência de atores privados na educação.

Na dimensão do currículo, o Programa Acelera Brasil (PAB) do Instituto Ayrton Senna (IAS) se destacou pelo longo período de vigência na rede estadual de educação em Goiás.

A pesquisa de Borghi e Domiciano (2023), sobre a vigência do programa em Goiás, apontou uma atuação direta do IAS entre 2012 e 2014, comprovada no instrumento de formalização do Convênio de Cooperação Técnico-Pedagógica nº 30/2012. As autoras recorreram, porém, aos microdados do Censo Escolar que revelaram a presença de turmas relacionadas ao programa antes e depois do período formalizado. A presença de dados de 2007 e de 2018 sugerem que o programa esteve em vigor antes de 2012 e continuou em algumas escolas, mesmo após o término oficial do convênio. Acrescido a isso, as autoras recuperam também declarações de Viviane Sena Lalli de que o Programa data de 1999 nas redes públicas de Goiás e Espírito Santo.

O PAB teve como público-alvo estudantes de 9 a 14 anos, matriculados no terceiro e quartos anos, em atraso escolar e nos anos iniciais do ensino fundamental. Como critério para a formação de turmas a indicação é a realização de um diagnóstico por meio de uma escala de proficiência elaborada pelo IAS em que os alunos são classificados como alfabetizados ou não alfabetizados, sendo os não alfabetizados encaminhados para o Programa Se Liga. O limite recomendado é de 25 alunos por turma; como condição para a adesão, as escolas precisavam ter infraestrutura adequada, qual seja, salas extras para as turmas de aceleração, conforme evidenciou Borghi e Domiciano (2023).

Como matriz analítica para a análise das implicações do PAB em Goiás, as autoras recorreram à construção das quatro dimensões fundamentais do Direito Humano à Educação de Katarina Tomasevski (2004) e adaptadas por Ximenes (2014), quais sejam: disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e adaptabilidade.

Para além da dificuldade de acessar dados fidedignos sobre o PAB, Borghi e Domiciano (2023) relataram também dificuldades na localização da produção científica sobre o programa. Embora os microdados do Censo Escolar tenham sido utilizados, a ausência de padronização nos nomes das turmas em alguns anos, possivelmente devido à mudança nos nomes ou códigos utilizados, dificultou a análise.

Ficou evidente – segundo as autoras – a redução de matrículas devido à municipalização e diminuição de turmas com oferta do PAB e chamou a atenção o fato de Goiás fechar acordo com o setor privado, mesmo diante da municipalização em curso.

De acordo com as autoras, apesar de melhorias na infraestrutura das escolas participantes, como maior presença de bibliotecas, laboratórios e equipamentos, o programa não conseguiu reduzir significativamente as taxas de distorção idade-série, que permaneceram altas em muitas escolas. Ademais, o PAB foi limitado em atender às dimensões da disponibilidade e da acessibilidade, não atendendo a todos os estudantes em atraso escolar, não cumprindo as dimensões fundamentais para a realização do Direito Humano à Educação e nem alcançando seu objetivo principal de corrigir a distorção idade-série de forma ampla e inclusiva.

Não há confirmação explícita sobre a continuidade do Programa com outra denominação ou formato após 2018, mas Borghi e Domiciano (2023) têm como pressuposto que é o PAB que orienta a política de regularização de fluxo no Estado de Goiás.

Estratégias de privatização na educação pública em Goiás

A partir de dados da mesma fonte, a pesquisa: Mapeamento das Estratégias de Privatização da Educação Básica no Brasil (2005-2018), coordenada por Adrião, as autoras Cassia Domiciano e Márcia Cossetin ampliaram a relação de programas e atores na educação no estudo intitulado: Privatização da educação básica no estado de Goiás: mapeamento dos programas operados por atores privados no estado de Goiás no período de 2005 a 2018.

Durante o período analisado, as autoras identificaram 14 programas operados por instituições privadas, concentrados – principalmente – na dimensão currículo, mas também nas dimensões da gestão e da oferta. A maioria dos programas apresentaram foco no Ensino Médio e envolveram estudantes, gestores e professores.

De acordo com Domiciano e Cossetin (2021, p. 204):

[...] os programas com instituições privadas concentram-se na dimensão do currículo, com 19 instituições envolvidas, sendo 47% delas Institutos, 33% Empresas, 13% Associações e 6% correspondem às Fundações. Na dimensão gestão, totaliza quatro programas, nos quais participam 22 instituições, dentre elas 47% Institutos, 33% Empresas, 13% Associações e 7% Fundações. Na dimensão oferta, o estado mantém um programa que se volta para estudantes e gestores com a participação do Instituto Unibanco.

As autoras apresentaram o detalhamento dos programas e atores privados encontrados, conforme sistematizado no quadro abaixo:

Quadro 2: Programas operados por Atores Privados em Goiás (2005 a 2018)

	Programas/projetos	Atores privados	Público-alvo
1	Projeto Educação Digital (2007)	Brasil Telecom	Estudantes e docentes
2	Mediação Inovadora (2011)	Planeta Educação e Grupo Vitae Brasil	Docentes
3	Projeto Ser Pleno (2011-2015)	Instituto Jaime Câmara	Estudantes, docentes e gestores do ensino fundamental
4	Pacto pela Educação (2011-2015)	Movimento Brasil Competitivo e Bain & Company (OSCIPI e empresa)	Todas as etapas de ensino e público
5	Novo Futuro (2011-2019)	Instituto de Corresponsabilidade pela Educação e Instituto Grupo Sonhus Teatro Ritual	Estudantes, docentes e gestores do ensino médio
6	Se Liga (2012)	Instituto Ayrton Senna	Estudantes do ensino fundamental
7	Tutoria (2012)	Fundação Itaú Social e Fundação Academia Liderança de Nova York	Gestores
8	Programa Jovem do Futuro (2012-2019)	Instituto Unibanco	Estudantes, docentes e gestores do ensino médio
9	Acelera Brasil (2012-2018)	Instituto Ayrton Senna	Estudantes do ensino fundamental
10	Diálogos Socioemocionais (2017)	Empresa Gestão Estratégica e Instituto Ayrton Senna	Estudantes, docentes e gestores do ensino médio
11	Aprender Mais (2018)	Instituto Ayrton Senna	Estudantes do ensino fundamental e médio

12	Projeto Escola Digital (2018)	Instituto Natura, Vivo Empresa, Fundação Telefônica, Fundação Lemann e Instituto Inspirare	Gestores, docentes e estudantes
13	Aluno Monitor (sem data)	Microsoft Empresa	Estudantes do ensino fundamental

Fonte: Síntese elaborada pela autora, a partir de Domiciano e Cossetin (2021).

A atuação de atores privados na educação pública de Goiás se intensificou, especialmente, durante a gestão de Marconi Perillo, com políticas gerencialistas e foco em resultados. De acordo com Domiciano e Cossetin (2021), do total de programas, apenas um não teve início no governo de Marconi Perillo. De forma mais detida, as autoras apresentaram três Programas que se enquadraram nos critérios de: maior capilaridade, maior incidência e maior perenidade na rede estadual de Goiás.

A partir do estudo realizado e sem a pretensão de aprofundar a análise, os três programas podem ser caracterizados da seguinte forma:

1. **Programa Jovem do Futuro:** Atua nas dimensões currículo, gestão e oferta, com foco no Ensino Médio. Operado pelo Instituto Unibanco e vigente por sete anos (2012-2018).
2. **Programa Novo Futuro:** Também abrange as dimensões currículo, gestão e oferta, com foco no Ensino Médio. Operado pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) e Grupo Sonhus Teatro Ritual, vigente por oito anos (2011-2018).
3. **Projeto Ser Pleno:** Atua nas dimensões gestão, currículo e oferta, com foco no Ensino Fundamental. Operado pelo Instituto Jaime Câmara, na gestão de Raquel Teixeiraⁱ, esteve vigente por 5 anos (2011-2015).

Os três programas se destacaram pela abrangência e – sobretudo – pelo impacto que tiveram nas políticas educacionais do estado, particularmente na organização e na ampliação da jornada escolar (Domiciano; Cossetin, 2021).

No geral, grande parte dos atores e dos Programas aqui apresentados, ainda permanecem no cenário da educação pública de Goiás. Com Raquel Teixeira na SEDUC em 2016 o Instituto Jaime Câmara transferiu o domínio legal da escola de tempo integral: do conteúdo essencial do Projeto Ser Pleno que se converteu em política do Estado.

O Jovem do Futuro completou em 2022, uma década de parceria com a Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC-GO), comemorando avanços na educação no estado. Conforme publicado na página do Instituto Unibanco, o Programa visa melhorar a aprendizagem dos estudantes do Ensino Médio e sua permanência na escola por meio da

gestão educacional orientada para o avanço contínuo da educação pública. Parceiro da SEDUC-GO desde 2012, o Jovem do Futuro diz ter apoiado Goiás a evoluir no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) na etapa, que saltou de 3,6 em 2011 para 4,7 em 2019, tornando-se o estado com o maior índice para o Ensino Médio no Brasil (Instituto Unibanco, 2025).

Conforme o Relatório de atividades de 2023, também publicado na página do Instituto, Goiás se encontra em fase de aprimoramento do Programa por meio de ferramentas de avaliação e pesquisas sobre o processo de desenvolvimento do Circuito de Gestão para posteriores, recomendações práticas. Dos cinco critérios utilizados para avaliar o nível de maturidade, segundo o Relatório do Instituto, Goiás está ligeiramente abaixo do adequado apenas no que se refere à autonomia, o que indica, não só a continuidade da assessoria do Instituto e do Programa, mas que Goiás atingiu um nível de maturidade adequado para a implementação das etapas posteriores e as ações do circuito.

O Programa Novo Futuro que teve início em 15 unidades em 2006, teve uma ampliação significativa da jornada no ensino médio com os Centros de Ensino em Período Integral (CEPI), conforme quadro abaixo:

Quadro 3: Dados de crescimento anual de matrícula em unidades CEPI (2019 a 2024)

	Ano	Unidades CEPI	Matrículas CEPI
1	2019	100	30.000
2	2020	140	45.000
3	2021	180	60.000
4	2022	220	75.000
5	2023	270	90.000
6	2024	320	105.000

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A ampliação da jornada escolar tem se consolidado como uma política; ao que parece, a reorganização da rede estadual pode indicar o atendimento das diretrizes do Sistema Nacional de Educação que justificam o foco nas etapas de maior responsabilidade do estado.

A partir de notícias, consultas aos sites do governo do estado de Goiás e dos atores privados, o quadro abaixo apresenta resultados preliminares e parciais, indicando a permanência de alguns atores e programas, mas também o surgimento de novos perfis de organizações privadas.

Quadro 4: Programas operados por Atores Privados em Goiás (2019 a 2024)

	Programas/projetos	Atores privados	Público-alvo
1	Aprender + Educação (2018)	Instituto Natura, Fundação Telefônica Vivo, Instituto Inspirare	Docentes e gestores
2	Programa Jovem Embaixador (2019)	Centro Cultural Brasil Estados Unidos – CCBEU e Associação Grupo Mais Unidos	Estudantes
3	Programa de mediação tecnológica GoiásTec	Google	Docentes/professores
4	Programa Busca Ativa: Acolher para permanecer (2021)	Instituto Unibanco/UNDIME/UNICEF	Estudantes/ professores/tutores
5	Vivescer (2020)	Instituto Península	Docentes da rede estadual
6	Programa Meu Primeiro Site/Conectado com o Amanhã/ O Futuro do Trabalho/ Innovation Camp Live. (2021)	Junior Achievement/ Microsoft e Dell Technologies	Estudantes
7	Programa Volta ao Novo de Desenvolvimento de Competências Socioemocionais 2021)	Instituto Ayrton Senna/BRK Ambienta	Gestores e docentes
8	Programa Nacional de Educação Empreendedora/Projeto JEPP Jovens Empreendedores Primeiros Passos (2019)	SEBRAE-GO	Estudantes do ensino Fundamental e médio
9	Programa ProFuturo/Escolas Conectadas (2022)	Fundação Telefônica e Fundação La Caixa	Estudantes e docentes
10	Circuito de Gestão Goiano (2022)	Instituto Unibanco	Gestores
11	Projeto Jovem de Futuro (2022)	Instituto Unibanco	Estudantes
12	Programa Aprendendo a Lidar com Dinheiro (2022)	Instituto Bei	Estudantes e docentes

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Os dados aqui apresentados, demandarão ainda, análise com possíveis adequações teórico-metodológicas e refinamento para comprovação da natureza, capilaridade, incidência, longevidade dos programas e atores privados na educação básica em Goiás.

A tentativa de implantação da gestão por OSs (escolas Charter) na educação em Goiás

O Projeto de transferir a gestão das escolas estaduais de Goiás para Organizações Sociais (OSs), não se desvincula do contexto da reforma educacional iniciada a partir do pacto pela educação em 2011 e da proposta de modernização da gestão pública. O principal argumento era de que as OSs trariam mais eficiência à administração das escolas.

Com declarações de combate à atuação dos sindicatos e às regulamentações no serviço público, Marconi Perillo declarou que a transferência da gestão para as escolas seria a chance de romper com as formas de contratação e com a imposição da Lei de Estabilidade do Funcionalismo Público, além de conter os constantes pedidos de licença por parte dos

professores. Importante registrar que os pedidos de licença-capacitação passaram a ser negados aos professores da rede estadual durante todo o seu governo, juntamente com a retirada da gratificação por titularidade (Mundim; Duarte e Silva, 2019).

Ao final de 2015 e início de 2016, o ex-governador Marconi Perillo, com Raquel Teixeira a frente da SEDUCE, e conforme a Lei nº 18.331, de 30/12/2013 (Goiás, 2013), deu-se início às tentativas de transferir a gestão de escolas estaduais para Organizações Sociais (OSs).

Como já ocorria na área da saúde, o objetivo era delegar a administração de escolas estaduais, incluindo infraestrutura, contratação de pessoal administrativo e parte da gestão pedagógica. A proposta do governo contou com a assessoria de especialistas como Martin Carnoy e David Plank. Conforme noticiado pelo site oficial de notícias do governo de Goiás:

No encontro, eles informaram ao governador que vieram a Goiás conhecer as medidas implantadas pelo Estado para elevar a qualidade da educação e que voltarão para uma segunda avaliação após a implantação do modelo de gestão por Organizações Sociais (OS). O governador relatou para os professores o modelo de gestão por Organizações Sociais que pretende implantar nas escolas públicas estaduais. Nos Estados Unidos, essas unidades são denominadas escolas charter, e também são objeto da análise dos professores Carnoy e Plank (Goiás, 2015).

Ocorreram – ainda – visitas de representantes do governo de Goiás a escolas estadunidenses além de consultorias e treinamentos a diretores de escolas e representantes de Organizações Sociais (OSs). Conforme declaração da secretária, a implantação do modelo contaria com “[...] apoio do Banco Mundial, tanto no financiamento e treinamentos quanto na transmissão de metodologia de controle reconhecida internacionalmente, como pesquisas e análises de desempenho e impacto” (Dobram escolas..., 2016, p. 60).

A proposta inicial era de privatizar a gestão de 30% das escolas estaduais de Goiás que passariam a ser administradas por OSs e monitoradas pela SEDUCE-GO, por meio de contratos de gestão. Cada OS ficaria responsável por gerir grupos de escolas por região. Conforme evidenciado nos Editais de chamamento, uma única OS ficaria a gestão de 23 escolas na macrorregião de Anápolis; outra seria a gestora de 11 unidades na macrorregião de Águas Lindas/Planaltina; enquanto outra se encarregaria de 14 escolas de Luziânia/Novo Gama. O desembolso anual previsto para o programa seria de, aproximadamente, 150 milhões de reais, com 38.460 estudantes impactados (Nazareth, 2022).

A tentativa de implantação das OSs em Goiás se deu em um contexto de forte mobilização social e gerou grande polêmica e resistência por parte de professores, estudantes, sindicatos, movimentos sociais e resultou no grande movimento de estudantes com ocupações de 27 escolas em paralelo a greves de professores. Havia – naquele momento

– a compreensão de que as OSs representavam a privatização da educação pública e o enfraquecimento da autonomia e dos processos democráticos na escola.

Após intensa mobilização e pressão popular e judicial, o projeto não avançou como o governo pretendia. Em 2016, o Ministério Público, assim como o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) questionaram a legalidade da medida.

Conforme o estudo de Nazareth (2022), entre os questionamentos, estavam a incompatibilidade com o princípio da gestão democrática; a permissão de que mais de 70% do corpo docente e 100% do pessoal administrativo fosse contratado pelas OSs e sem vínculo direto com o Estado; a previsão de uso dos recursos do FUNDEB, imprecisão no cálculo do custo por aluno além de constar no quadro de OSs “qualificadas”, responsáveis investigados por crimes de falsidade ideológica e improbidade administrativa.

Após vários ajustes no modelo de Edital, cursos e treinamentos para os concorrentes o Chamamento 003/16 mesmo depois de recomendação de suspensão, seguiu o processo e teve uma Organização Social vencedora, trata-se do Grupo Transparência e Resgate Social (GTR), que venceu o processo de chamamento público e receberia cerca de R\$1 milhão por mês para gerir as instituições de ensino.

Entretanto, não houve tempo hábil para a implantação na gestão de Marconi Perillo, e a gestão de Ronaldo Caiado noticiou que não daria continuidade ao projeto e divulgou a extinção do núcleo de Monitoramento da Gestão Compartilhada, departamento responsável pela implantação de Organizações Sociais (OSs) nas escolas.

Cabe registrar – conforme a pesquisa de Caruso (2022) – que as Organizações Sociais estiveram presentes na educação profissional no Estado de Goiás, entre os anos de 2016 e 2021. A despeito da narrativa inicial de que trariam maior celeridade e eficiência na gestão, a pesquisa apontou diversas falhas e inconsistências, como: Redução da qualidade dos cursos com a diminuição de carga horária; falta de infraestrutura; foco no quantitativo, cuja preocupação maior era com números para justificar repasses financeiros; desvalorização dos professores com contratações com baixos salários e condições precárias; fragmentação e inconsistência na oferta dos cursos com prioridade às demandas do setor produtivo e empresarial e com vistas, apenas a formar mão de obra para o mercado.

O processo de militarização como estratégia de privatização

Estratégias de privatização na educação pública em Goiás

Antes de adentrar no tema da militarização como forma de privatização na educação em Goiás, faz-se necessário apresentar algumas distinções entre o processo denominado de militarização das escolas em Goiás, a existência dos colégios militares e o programa de militarização das escolas cívico-militares do governo federal (PECIM).

A existência de colégios militares é histórica no país, tendo sido criado o primeiro colégio militar, em 1889, por meio de um Decreto Imperial no Rio de Janeiro. Essas instituições militares contam com a gestão realizada inteiramente pelo Ministério da Defesa, sendo 15 colégios do Exército, 24 colégios da Marinha e três da Aeronáutica. Trata-se de uma administração federal – com orçamento, estrutura militar e uma abrangência pequena em relação aos outros modelos, com um total de 42 colégios militares no país – submetida ao Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) (Santos, 2023).

A entrada é feita por meio de processo seletivo bastante concorrido. O corpo docente é constituído de professores civis e militares de carreira. A disciplina é estritamente militar, com uniforme, hierarquia e regras rígidas e o currículo segue a BNCC, mas com ênfase em valores cívicos e militares.

Diferente dos colégios militares – vinculados às Forças Armadas – o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, teve início em 2019 e possui uma coordenação federal, mas a execução fica a cargo de estados e municípios. A gestão é feita em parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Defesa. Quanto à abrangência, o programa piloto visava cerca de 200 escolas em todo o país, por um processo de adesão das escolas interessadas com o objetivo de atender alunos da comunidade local. O corpo docente é formado de professores civis com apoio de militares da reserva, apoio esse voltado para a disciplina e para a gestão. O currículo é baseado na BNCC e com atividades cívico-militares (Santos, 2023).

No que se refere ao processo de militarização com a transferência da gestão das escolas para a Polícia Militar – como o caso de Goiás, semelhante ao que ocorre no PECIM – a Polícia Militar assume a gestão administrativa e disciplinar da escola e o financiamento fica a cargo do governo estadual ou municipal. Com ampla abrangência, centenas de escolas aderiram ao modelo; particularmente, em Goiás, onde está mais difundido. As vagas são destinadas a alunos/as locais e o corpo docente é formado por professores da rede estadual. Com militares na direção, a disciplina é com base na hierarquia e com regras semelhantes às do ambiente militar. O currículo é o mesmo que das demais escolas da rede estadual comum, mas com reforço no civismo e no patriotismo (Oliveira; Silva, 2016).

Esse processo de militarização das escolas em Goiás teve início em 2001, durante o governo de Marconi Perillo, com a sanção da Lei nº 14.050/2001, que autorizou a criação dos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMG). Essa lei permitiu a transferência da gestão de escolas públicas estaduais para o Comando de Ensino da Polícia Militar (Alves; Ferreira, 2020).

No entanto, o primeiro colégio militar em Goiás foi criado em 1998, antes da lei de 2001, com a autorização do Conselho Estadual de Educação para que o Colégio da Polícia Militar de Goiás, originalmente destinado à formação de quadros da Polícia Militar, pudesse receber alunos civis. Esse colégio funcionava inicialmente nas instalações da Academia de Polícia Militar e foi posteriormente transferido para outro prédio.

A partir de 2001, o processo de militarização começou de forma tímida, com a militarização de seis escolas. Após um período de pausa, houve uma retomada em 2013, com um aumento significativo no número de escolas militarizadas. Esse movimento ganhou força nos anos seguintes, especialmente em períodos pré-eleitorais, como apontado por estudos, indicando uma relação entre a expansão dos CEPMG e interesses políticos (Alves; Ferreira, 2020; Santos, 2020).

Em pronunciamento recente, o governo estadual e a PMGO informaram que o estado contava com cerca de 122 escolas sob o modelo CEPMG, atendendo mais de 100 mil alunos. O número exato pode variar ligeiramente ao longo do tempo por conta de inaugurações, desativações ou mudanças no modelo (Goiás, 2024b).

No geral, os argumentos em defesa da militarização das escolas nem sempre são passíveis de comprovação nas pesquisas e nos estudos já publicados. A alegação de que os colégios militarizados oferecem uma educação de melhor qualidade ou que a disciplina, a ordem e a segurança favorecem e melhoram o ambiente. Esses argumentos – especialmente sobre a qualidade do ensino – não se comprovam e podem ser associados ao maior financiamento, à infraestrutura das escolas militarizadas, e não necessariamente à gestão militarizada. Ademais, os colégios de aplicação e os institutos federais, com ensino técnico paralelo ao ensino médio, têm apresentado melhores resultados dentre as escolas públicas, com desempenho superior, inclusive, ao dos colégios militares (ANDES Sindicato Nacional, 2019).

Além disso, cabe questionar a compatibilidade da disciplina militar com os princípios educacionais de autonomia, liberdade, diversidade, inclusão e gestão democrática prevista na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Alves; Toschi; Ferreira, 2018).

A cobrança de taxas e a exigência de uniformes nos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMG) são práticas que também têm gerado controvérsias e questionamentos legais. Apesar de as contribuições financeiras serem apresentadas como voluntárias, são muitos os relatos de punições aplicadas a alunos cujos responsáveis não efetuaram os pagamentos, a exemplo do impedimento de matrícula ou mesmo retenção de documentos escolares. A cobrança contraria o princípio constitucional da gratuidade do ensino público, garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Além disso, a rigidez e a cobrança no uso obrigatório do uniforme, com peças específicas no fardamento, representam um custo adicional infringindo o direito à educação pública e gratuita (Oliveira; Silva, 2016; Chagas, 2024).

Em estudo específico sobre a relação militarização e privatização, Chagas (2024) aprofunda o tema buscando indícios de privatização do público no processo de militarização e na prestação de contas das escolas estaduais em Goiás. O estudo reforça que, além da cobrança de taxas e da exigência de uniformes, outros fatores podem indicar formas de privatização, como a reserva de vagas para dependentes de militares, a expulsão de alunos, a inserção de práticas militares não alinhadas aos princípios educacionais democráticos e republicanos e, principalmente a falta de transparência no gasto das verbas públicas.

Conforme a análise da autora, a Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), que se declara como pessoa jurídica de direito privado, desempenha um papel central na administração das contribuições “voluntárias” nos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMG). O estudo explicitou a lógica da privatização no interior do processo de militarização, mesmo que entre instituições estatais:

As evidências localizadas nesta pesquisa apontam que esse processo de militarização é também uma forma de privatização de educação pública, uma privatização ocultada por um processo de cooperação entre Instituições Estatais, a Secretaria do Estado de Educação e a Secretaria do Estado de Segurança Pública, através do Comando de Ensino da Polícia Militar. As escolas que passam pelo processo de Militarização, possuem autorização Institucional de realizarem cobranças de mensalidades, de expulsarem os alunos que não se adequam aos seus métodos de ensino e disciplina e ainda de se recusarem a prestar contas sobre como dinheiro proveniente das contribuições são administrados dentro de uma escola estadual (Chagas, 2024, p. 78).

Trata-se de um estudo fértil e que merece ser aprofundado; sobretudo, no que se refere a uma prática cada vez mais recorrente em que instituições públicas, por meio de Fundações, Associações, e Organizações realizam o papel, antes atinente ao privado. É preciso atentar para essas não tão novas formas e já nem tão ocultas e veladas de privatização da educação pública.

Considerações finais

Conforme registrado inicialmente, o estado de Goiás tem apresentado melhorias crescentes nos indicadores de qualidade, tanto na vida social quanto no setor da educação. Vale destacar que as contradições da realidade, assim como as desigualdades sociais e educacionais, não são apenas mensuráveis; tampouco passíveis de resoluções imediatas. Essa realidade impõe à pesquisa a rigorosa tarefa de desvelar as contradições lógicas e históricas ocultadas nos indicadores e equivalências estatísticas.

De modo preliminar, constatou-se a permanência de programas e atores privados, bem como, o surgimento de novos perfis de organizações privadas que serão objetos de análises posteriores. Em relação aos três Programas examinados por Domiciano e Cossetin (2021), foi possível constatar a continuidade do Programa Jovem de Futuro com a ampliação do Circuito de Gestão, conforme relatórios do Instituto Ayrton Senna. Ademais, a ampliação da jornada no ensino médio por meio do Programa Novo Futuro, inicialmente implementado em 15 unidades em 2006 e com 320 Centros de Ensino em Período Integral - (CEPI) em 2024, só confirma a adesão, permanência e conversão da ampliação da jornada em uma política na rede estadual de Goiás.

A transferência da gestão das escolas para OSs foi descontinuada na educação básica, tendo sido experienciada na educação profissional até 2021. Conforme se afirmou anteriormente, o crescente processo de militarização das escolas em Goiás tem se evidenciado como uma nova estratégia de privatização, particularmente em razão da cobrança de taxas e falta de transparência na aplicação dos recursos. Essa prática tem se tornado recorrente na medida em que instituições públicas – por meio de Fundações, Associações, e/ou Organizações – passam a realizar funções, antes concernentes ao privado.

Por fim, embora não seja objeto de análise do presente estudo, é necessário mencionar uma das arbitrariedades do governo estadual e que pode também estar referida à lógica da privatização. Em 2023 o ensino médio estadual transferiu – de forma compulsória – alunos do

ensino regular para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no noturno. A modalidade que se destina a atender jovens, adultos e idosos foi impactada pela presença de adolescentes gerando inúmeras dificuldades, sendo uma delas a conclusão precoce do ensino médio regular que, em razão da transferência deixa de cumprir os três anos, já que na EJA ocorre com apenas um ano e meio. A ilegalidade da medida gerou a interferência do Ministério Público e inúmeros protestos, contudo não foi revertida, o que cabe pensar se não se trata de uma estratégia de fuga para a melhoria dos índices estatísticos ou de outros interesses ocultos.

Iniciamos este artigo abordando a relação público-privado como expressão do desenvolvimento da propriedade privada no capitalismo e – consequentemente – do seu desdobramento no modelo neoliberal de Estado. Do mesmo modo, constatou-se que as condições de existência dos seres humanos têm sido progressivamente convertidas em propriedades e por consequência tem se desenvolvido crescentes formas de privatização do público com o aumento da incidência de programas e atores privados na educação. Para a compreensão dessa problemática, é imprescindível a apreensão do conteúdo de classe do Estado, tomando por suposto que a análise marxiana do Estado não se finda, a não ser, no devir das condições de possibilidades do seu próprio declínio.

Referências

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas (coord.). **Análise do mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para educação pública.** 2019. Projeto de Pesquisa.

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. **Dimensões da Privatização da Educação Básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990.** Brasília: ANPAE, 2022. Disponível em: https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/Livro_dialogos_com_producao_academica-Fin-Corr.pdf. Acesso em: 11 ago. 2025.

ALVES, Miriam Fábria; FERREIRA, Neusa Souza Rêgo. O processo de militarização em uma escola pública em Goiás. **Revista Educação e Sociedade**, v. 41, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/es.0224778>. Acesso em: 30 abr. 2025.

ALVES, Miriam Fábria.; TOSCHI, Mirza Seabra; FERREIRA, Neusa Souza. Rêgo. A expansão dos colégios militares em Goiás e a diferenciação da rede estadual. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 23, p. 271-288, jul./out. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22420/rde.v12i23.865>. Acesso em: 30 abr. 2025.

ANDES SINDICATO NACIONAL. **Escolas federais custam três vezes menos e têm desempenho superior que colégios militares.** 2019. Disponível em: <https://>

www.andes.sindoif.org.br/2019/01/08/escolas-federais-custam-menos-e-tem-desempenho-superior-que-colegios-militares/. Acesso em: 5 abr. 2025.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2022. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://agempu.org.br/noticias/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2/>. Acesso em: 31 de maio de 2025.

BORGHI, Raquel; DOMICIANO, Cassia Alessandra. Programa Acelera Brasil na rede estadual de Goiás: implicações para o Direito Humano à Educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 37, n. 79, p. 201-234, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v37n79a2023-65860>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CARUSO, Sérgio. **Organizações sociais: engrenagens neoliberais na educação profissional no Estado de Goiás**. 2022. 193f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2022. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/4857>. Acesso em: 11 ago. 2025.

CHAGAS, Ana Paula Borges. **Militarização de escolas estaduais goianas: faces ocultas da privatização**. 2024. 137 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Estadual de Goiás, Inhumas, 2024.

DOBRAM ESCOLAS em Tempo Integral em Goiás. **Economia & Desenvolvimento**, Goiânia, Ano XV, n. 35, out./nov./dez., 2016.

DOMICIANO, Cassia Alessandra.; COSSETIN, Márcia. Privatização da Educação Básica no estado de Goiás: mapeamento dos programas operados por atores privados (2015-2018). In: VENCO, Selma; BERTAGNA, Regiane Helena; GARCIA, Teise (org.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das Regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Distrito Federal (2005-2018)**. 1ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. v. 2, p. 194-221. (Coleção Estudos sobre a privatização no Brasil).

FREITAS, Lena Castelo Branco de. **Poder e Paixão: a saga dos Caiado**. 2 v. Goiânia: Cênone Editorial, 2009.

GOIÁS. Lei nº 18.331, de 30 de dezembro de 2013. Altera a Lei nº 15.503, de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais estaduais, disciplina o procedimento de chamamento e seleção públicos e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Goiânia, 30 dez. 2013. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/90482/lei-18331. Acesso em: 11 ago. 2025.

GOIÁS. Controladoria-geral do Estado. **Professores norte-americanos destacam qualidade da Educação em Goiás**. 2015. Disponível em: <https://goias.gov.br/controladoria/professores-norte-americanos-destacam-qualidade-da-educacao-em-goias/>. Acesso em: 31 maio 2025.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. **Dados do Censo Escolar 2023 são divulgados.** 2024a. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/dados-do-censo-escolar-2023-sao-divulgados/>. Acesso em: 31 maio 2025.

GOIÁS. Secretaria do Estado da Educação. **Educação goiana fica em 1º lugar no Ideb 2023.** 2024b. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao-goiana-fica-em-1o-lugar-no-ideb-2023/>. Acesso em: 31 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 11 ago. 2025.

INSTITUTO UNIBANCO. **Jovem do Futuro.** 2025. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro>. Acesso em: 31 maio 2025.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos.** Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Tradução de José Carlos Bruni et al. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista.** Organização e introdução Osvaldo Coggiola. Tradução de Álvaro Pinto e Ivana Jinkings. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MUNDIM, Maria Augusta Peixoto; DUARTE E SILVA, Lueli Nogueira. Gerencialismo Estatal e a relação público-privado na educação em Goiás. In: PORTELA, Keyla Christina Almeida; SCHUMACHER, Alexandre José (org.). **Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira.** Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. p. 251-266.

NAZARETH, H. D. G. de. A (não) implementação de Escolas Charter em Goiás: Uma análise da tentativa de implementação de um programa e suas consequências. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp. 3, p. 2177–2193, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16624>. Acesso em: 11 ago. 2025.

OLIVEIRA, Ian Caetano; SILVA, Vitor Hugo Viegas de Freitas (org.). **Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas.** Aparecida de Goiânia: Escultura Produções Editoriais, 2016 (Piquete).

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira. **Militarização das escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências.** 2020. 447f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/11015>. Acesso em: 11 ago. 2025.

SANTOS, Emily. Colégios militares, cívico-militares e da polícia: veja quantos são no país e entenda as diferenças entre eles. **G1.** 22. jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/07/22/colegios-militares-civico-militares-e-da-policia-entenda-as-diferencas.gh.html>. Acesso em 30 maio 2025.

Nota

ⁱ Professora aposentada da Universidade Federal de Goiás (UFG). Começou sua carreira política nos anos 1990, tendo sido eleita deputada federal por Goiás em mais de uma legislatura. Atuou na direção do Instituto Jaime Câmara, Secretária de Educação de Goiás: Ocupou o cargo em diferentes governos estaduais (notadamente nas gestões de Marconi Perillo). Membro do Todos pela Educação. Responsável pela tentativa de implementar o projeto das OSs na educação. Atualmente é secretária de Educação do Rio Grande do Sul, tendo assumido o cargo no governo de Eduardo Leite.

Sobre a Autora

Maria Augusta Peixoto Mundim

Professora associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG) na área de Políticas e Gestão Educacional. Doutorado em Educação pelo PPGE – UFG (2009). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia, Educação e Cultura (NEPPEC) e da Rede Latino-Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação (RELAAPPE) Email: maria_augusta_peixoto@ufg.br
Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-2684-8598>

Recebido em: 07/09/2025

Aceito para publicação em: 30/09/2025